

**HABEAS CORPUS Nº 493.353 - MG (2019/0042240-8)**

**RELATOR** : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**  
**IMPETRANTE** : RUAN CLAUDIO MATIAS ROCHA E OUTRO  
**ADVOGADOS** : DARLLAN MARQUES FREIRE - MG114065  
RUAN CLAUDIO MATIAS ROCHA - MG171249  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
**PACIENTE** : VINICIUS MENDES BARBOSA (PRESO)

**DECISÃO**

Cuida-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em benefício de VINÍCIUS MENDES BARBOSA contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais que no HC n. 1.0000.18.146670-7/000.

Inferre-se dos autos que o paciente foi preso preventivamente por ter supostamente praticado o delito tipificado no art. 157, § 3º do Código Penal (latrocínio), sendo a conduta posteriormente desclassificada para os delitos de homicídio qualificado e roubo tentado, sendo mantida a prisão preventiva.

Irresignada, a defesa impetrou o *habeas corpus* originário, o qual foi denegado em acórdão que recebeu a seguinte ementa:

**EMENTA:** *HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO. ROUBO TENTADO. PRISÃO PREVENTIVA. INEXISTÊNCIA DOS REQUISITOS AUTORIZADORES PARA A DECRETAÇÃO DA CUSTÓDIA CAUTELAR. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. REITERAÇÃO DE PEDIDOS JÁ JULGADOS. INTELIGÊNCIA DA SÚMULA CRIMINAL 1 53 DESTE TJMG. CONCESSÃO DO WRIT POR PRESUNÇÃO. IMPOSSIBILIDADE.*

- *Tratando-se o presente writ de mera reiteração de pedidos e com os mesmos fundamentos, o "habeas corpus" não deve ser conhecido.*  
- *Inviável é a concessão do writ por presunção.*  
- *Ordem conhecida em parte, parte conhecida ordem denegada.*

No presente *writ*, o impetrante alega ausência dos requisitos autorizadores do art. 312 do Código de Processo Penal de modo que a imposição da custódia cautelar não estaria suficientemente justificada e pautada exclusivamente na gravidade abstrata do

delito. Afirma que o paciente não participou do homicídio, mas tão somente da tentativa de roubo facilitada por aquele crime.

Ressalta que já houve o transcurso de mais de 10 meses sem que o feito tenha sido encerrado e que, se condenado, ao paciente será determinado cumprimento de pena no regime semiaberto.

Requer, assim, em liminar e no mérito, a revogação da prisão preventiva, para que responda ao processo em liberdade.

É o relatório.

Decido.

Diante da hipótese de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, a impetração sequer deveria ser conhecida segundo orientação jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal e do próprio Superior Tribunal de Justiça. Contudo, considerando as alegações expostas na inicial, razoável o processamento do feito para verificar a existência de eventual constrangimento ilegal.

No caso, ao menos em juízo perfunctório, não é possível identificar de plano o constrangimento ilegal aventado ou, ainda, a presença do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, elementos autorizadores para a concessão da tutela de urgência.

Confundindo-se com o mérito, a pretensão deve ser submetida à análise do órgão colegiado, oportunidade na qual poderá ser feito exame aprofundado das alegações relatadas após manifestação do *Parquet*.

Por tais razões, **indefiro o pedido de liminar**.

Oficie-se à autoridade coatora, bem como ao juízo de primeiro grau a fim de solicitar-lhes as informações pertinentes, a serem prestadas, preferencialmente, por meio eletrônico, e o envio de senha para acesso ao processo no *site* do Tribunal, se for o caso.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 14 de fevereiro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator

